

RELATÓRIO DA SUB-COMISSÃO V
Comissão de Legislação e Justiça II
Quanto ao Doc. 158– Sínodo de Sorocaba

Questão Maçônica

A CE/SC

CONSIDERANDO:

01. Que a questão maçônica é objeto de estudos de uma Comissão Especial, nomeada pela CE/SC, em 2003;
PERMANENTE,
02. Que o mérito do documento constitui de proposta de emendas à CI/IPB, sendo o êxito prejudicado por não obedecer ao ritual para emendas a luz dos Artigos 97 e 97 § único, alínea 'a' e 140, alínea 'a' da CI/IPB.
03. Que o documento possui forte argumentação teológica e apologética quanto a matéria;

RESOLVE:

01. Tomar conhecimento.
02. Não atender por não cumprir ao ritual para emendas conforme Art. 140 CI/IPB.
03. Baixar o documento a Comissão Especial que estuda a questão maçônica para análise do seu conteúdo teológico e apologético.

Sala das sessões, São Paulo, 16 de março de 2004

Relator: Rev. Jédelas Almeida Duarte

Membros: Rev. Samuel Joaquim dos Santos

Rev. Sáulo José da Silva

Rev. Célio Voigt

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2004.

À Comissão Executiva / Supremo Concílio
Igreja Presbiteriana do Brasil

De acordo com a tramitação devida, encaminhamos em anexo a correspondência recebida do Sínodo de Sorocaba, referente a questão maçônica.

Fraternalmente em Cristo,



Rev. Ludgero Bonilha Moraes
Secretário Executivo do Supremo Concílio da
Igreja Presbiteriana do Brasil

SECRETARIA EXECUTIVA DO SÍNODO DE SOROCABA

IGREJA
PRESBITERIANA
DO BRASIL

Rev. Luiz Henrique Filho - Fone Fax (0xx15 - 211-8894)
Rua: Ernesto Ronzani, 167 - Vila Norcroos - Barcelona
Sorocaba - SP - CEP. 18026-140

Sorocaba 12 de fevereiro de 2004.

Of. 007/SE/SSR

Ao
Ilmo. Senhor
Rev. Ludgero Bonilha Moraes
MD – Secretário Executivo do SC/IPB
Ref. **Ofício nº 20/2003-SE/PSRC**

PROTOCOLADO
15 MAR 10 13 15 000158
DESTINO: Sub-Comissão V
Rev. SC/IPB

"A nossa vida não deve ser caracterizada por inquietações que geram ansiedade, e sim pela fé que produz felicidade" (C.H. Spurgeon).

A Comissão Executiva do Sínodo de Sorocaba, reunida no dia 11/02/04 na IP Barcelona, também apreciou o ofício nº 20/2003-SE/PSRC, versando sobre questão maçônica e resolveu encaminhar cópia do aludido documento aos Presbitérios Jurisdicionados ao Sínodo de Sorocaba e cópia à CE/SC/IPB.

Sendo só o que tínhamos para o momento, certos de que as medidas decorrentes e cabíveis serão tomadas pelo valoroso Secretário Executivo, permanecemos,

Nos Vínculos da Cruz,

Rev. Luiz Henrique Filho
Secretário Executivo
e-mail: luizhenriquefilho@ig.com.br

SPINUDO DE SOROCABA	
Doc. Nº	05
Despacho	Atendado em 11/02/2004
Data	11 / 02 / 2004
PRESIDENTE	

OFÍCIO Nº 20/2003-SE/PSRC

Sorocaba, 19 de agosto de 2003

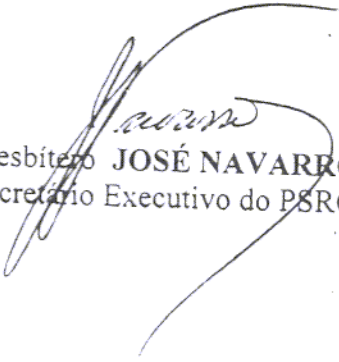
Ilmo. Senhor
Reverendo LUIZ HENRIQUE FILHO
DD. Secretário Executivo do SSR
Sorocaba-SP

Graça e Paz:

Cumprimos o dever de encaminhar a esse egrégio Concílio a resolução, anexa, tomada pelo Presbitério de Sorocaba, reunido no dia 16 do corrente, versando sobre a "questão maçônica", para as providências decorrentes.

Colocando-nos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, subscrevemo-nos,

Fraternalmente em Cristo Jesus:


Presbítero **JOSÉ NAVARRO**
Secretário Executivo do PSRC

IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL

PSRC

(PRESBITÉRIO, SÍNODO OU SUPREMO CONCÍLIO)

REUNIÃO ORDINÁRIA



IGREJA
PRESBITERIANA
DO BRASIL

DOC. Nº
DESTINO

DATA

(PRESIDENTE)

ANO

RELATÓRIO

Quanto ao Doc Nº 15 versando sobre a questão maçônica, o PSRC resolve:

1. Aprovar nos seus termos;
2. Congratular-se com CE/PSRC sobre o Doc. que está muito bem escrito e fundamentado.
3. Encaminhar ao Sínodo para que ~~de acordo~~ siga os trâmites constitucionais.

Sala das Sessões

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

(VOTO VENCIDO)
BRUNO LEME DA MOTA

[Handwritten signature in a circle]

**AO
EGRÉGIO PSRC**

A CE/PSRC, reunida no dia 08 do corrente, no templo da Igreja Presbiteriana do Jardim Magnólias, resolveu encaminhar à apreciação e deliberação do Egrégio Concílio, o que segue, a respeito da **QUESTÃO MAÇÔNICA**:

CONSIDERANDO:

I. Que a CE/SC (CE-96-152 – Doc. CLII), face ao conclusivo relatório da douta Comissão Paritária nomeada pelo SC/IPB/94 sobre a Maçonaria, que apresenta, entre outros, os seguintes argumentos:

1. Que o reconhecimento de seitas ocultistas e esotéricas e movimentos ou filosofias como a “Nova Era” trouxeram à tona a questão maçônica.
2. Que as igrejas históricas vêm tomando posições mais definidas e restritivas sobre a maçonaria.
3. Que a confissão de fé que estabelece o foro íntimo, também exige compromissos doutrinários.
4. Que a Maçonaria vem sendo identificada com as seitas ocultistas e esotéricas.

RESOLVEU:

“2.2. Determinar aos concílios esmerada orientação, cautela e vigilância a respeito da envolvimento de presbiterianos em seitas ocultistas, filosofias que têm laivos ou características de ocultismo”.

“2.3. Determinar, ainda, aos concílios da IPB, que quando se tratar de recepção de novos pastores e oficiais e ou novos membros, haja cuidadosa orientação no espírito desta resolução, para que os objetivos da Igreja sejam atendidos, principalmente “ex-vi” do estabelecido nos itens 2.1 e 2.4., isto é, observância das resoluções e que os presbiterianos priorizem sempre a sua submissão à Palavra de Deus, o compromisso com o Reino de Deus e sua fidelidade à IPB”.

“2.6. Recomendar que por amor à paz e à fraternidade da IPB, seus membros se abstenham de se envolver com a Maçonaria”.

E concluiu:

“3.2) **Recomendar** através dos concílios da IPB que nenhum presbiteriano participe de qualquer seita ocultista incompatível com a Palavra de Deus.”

“3.3) Advertir através dos concílios da IPB para que nenhum membro da Igreja deixe de participar dos trabalhos de sua Igreja, por quaisquer outras reuniões de clubes e sociedades, **ainda que compatível com a sua consciência cristã.**” (g.n.)

II. Que a Resolução “SC-IPB-2002 – Doc. XCVIII, na histórica reunião de julho de 2002, na I.P. do Rio de Janeiro, após considerar que o deus da maçonaria é fruto de sincretismo religioso e não o Deus pessoal e único revelado nas Escrituras; que Jesus, na maçonaria é tratado como um filósofo ou reformador, no mesmo patamar de Alá, Buda, Moisés ou Maomé, alinhando-se desta forma com o ecumenismo e a religião mundial; que a participação do crente na maçonaria impede que ele seja transparente para com seu Conselho, devido ao caráter secreto e místico de seus ritos e símbolos,

RESOLVEU, entendendo que a questão maçônica não se trata de foro íntimo e sim bíblico-doutrinário, determinar que a partir de 2003 não sejam conduzidos ao oficialato membros da Igreja pertencentes à maçonaria.”

III. Inobstante a posição definida do Egrégio Concílio Supremo em 2002, a CE-SC-IPB-2003 – Doc. LIII, resolveu suspender a execução da Resolução SC-2002 Doc. XCVIII, com base no Art. 104, *in fine*, da CI/IPB; remeter a matéria à próxima reunião do SC-IPB (isto é, em 2006) e nomear Comissão Permanente para Estudos da “Questão Maçônica”

IV. Depreende-se da análise do **voto de protesto** à Resolução CE-SC-2003, Doc. LIII, que o objetivo claro dos operosos irmãos maçons na defesa intransigente da Sociedade Secreta, é a declaração da sua **inconstitucionalidade**, face ao Artigo 145 da CI/IPB e o argumento do foro íntimo já não mais é utilizado, por, ao que parece, reconhecerem que a questão maçônica não se trata de foro íntimo, e sim bíblico-doutrinária, consoante definido na Resolução SC-IPB-2002, Doc. XCVIII.

V. Se o entendimento é que se trata de **questão bíblico-doutrinária**, portanto, com deveres estritos, obviamente não deixam nenhuma liberdade na observância por parte do crente em Cristo Jesus.

Assim, se é o caso de conflito entre dois deveres (para com a Maçonaria e para com a doutrina), o mais importante tem a preferência. E o mais importante para o crente, é óbvio: “importa mais obedecer a Deus que aos homens.” (Atos 5:29).

É princípio ético-cristão que não é nunca permitido sacrificar o bem moral de um só indivíduo ou mesmo grupo, ao bem de todo um povo, porque a virtude e a perfeição moral são valores absolutos, aos quais tudo o mais deve permanecer subordinado.

A consciência moral é como uma “voz” interior que prescreve o que devemos fazer. A consciência **psicológica** de foro íntimo, **revela o que é**, a consciência **moral ordena o que deve ser.**”

A consciência psicológica é um espectador, mas a consciência moral é um juiz.

Moralmente, nossa consciência determina que os valores absolutos de Deus se sobreponham a quaisquer outros valores.

Admitimos como valores, e valores absolutos, como verdades incontestáveis, as originárias de Deus, da Sua Palavra e da Doutrina dos Apóstolos. Sobre a Palavra se fundamentam nossas obrigações e proibições. Sob a autoridade Soberana de Deus e da Sua Palavra, que se nos impõe do Alto, não devemos transigir.

A exigência divina se mostra exterior e superior à nossa consciência e por isso é que não devemos transigir a respeito dos deveres dela decorrentes.

E mesmo quando esses deveres são negativos, isto é, enquanto proibem o que degrada, devem ser rejeitados, como aprendemos em Êxodo 20:1-17, Deuteronômio 18:9-12, Josué 7:1-26, entre outros.

Em Josué 7:13 o Senhor ordena a santificação do povo e declara que há cousas condenadas no meio de Israel. Enquanto as cousas condenadas na foram eliminadas, o povo amargou derrota.

CONCLUSÃO:- Destarte, conclui-se que se há conflito entre a observância de dispositivos atuais da lei (CI/IPB) e a observância da pureza da doutrina bíblica, e da ordem da Igreja, envidemos esforços no sentido de emendar a CI/IPB e jamais a doutrina bíblico-calvinista, fundamento da nossa fé, que é imutável, e sobre a qual não devemos transigir, ainda que contrarie interesses poderosos.

Basta, para tanto, seja emendada a CI/IPB, incluindo-se, onde couber, artigo que determine que só poderão ser recebidos à pública profissão de fé pessoas que - mantendo vínculo com a Maçonaria - cortem os laços que os prendem àquela Sociedade Secreta e Artigo ou parágrafo que determine que, não cortados os laços pelos irmãos maçons atualmente existentes e os porventura assumidos após a profissão de fé, por novos membros, determine a impossibilidade de ser o membro reconduzido ou conduzido ao oficialato da Igreja, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no CD, particularmente Artigos 8º e 9º.

Esta a nossa proposta, e o que esperamos seja concretizada, a fim de que a paz, a fraternidade e a pureza da Igreja sejam consolidadas.

Sugerimos seja o presente documento encaminhado, para conhecimento, à CE/SC-IPB através do Sínodo de Sorocaba, de quem esperamos acolhida e remessa aos Presbitérios de Indaiatuba, Vale do Ribeira e Leste Sorocabano, que integram nosso SSR, bem como ao Relator da Comissão Permanente para Estudos da "Questão Maçônica", através do Rev. Eliel Fausto Botelho, integrante da Comissão que deverá estar visitando este Concílio em data próxima.

Sorocaba, 08 de agosto de 2003

A COMISSÃO EXECUTIVA DO PSRC

Rev. Ismael Ancha de Leandro
[Assinaturas]